

**DISCURSO DE POSSE DA MINISTRA LAURITA VAZ NO
CARGO DE PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE
JUSTIÇA – 1º de setembro de 2016**

Sempre me foram caros os valores institucionais do Ministério Público, onde exercia, com grande realização profissional, o cargo de Subprocuradora-Geral da República. Entretanto, sem ter planejado, e bastante incentivada pelos colegas da Procuradoria-Geral da República, decidi me candidatar ao cargo de Ministro do STJ, imaginando como seria desafiador exercer a magistratura em uma das Turmas de Direito Criminal, onde tinha assento. Tomei posse no honroso cargo de Ministro do STJ em junho de 2001.

Olhando para trás, em perspectiva, percebo que em todas as funções que desempenhei ao longo da carreira sempre havia dificuldades a serem enfrentadas, mas nunca recusei uma missão.

Não vai ser diferente agora, que sou chamada, mais uma vez, a encarar outro grande desafio, talvez o maior deles. Presidir este Colendo Superior Tribunal de Justiça, em meio a sérias restrições orçamentárias em razão das dificuldades econômicas pelas quais o país atravessa, definitivamente, não será tarefa fácil.

Contudo, como boa brasileira que sou, não fujo à luta. Tenho convicção de que as tormentas nos fazem mais fortes e propiciam uma oportunidade de crescimento.

* * *

Durante os dois anos que exerci a Vice-Presidência do STJ, pude experimentar, em substituições esporádicas, o peso do cargo e a dimensão das tarefas da Presidência. Essa experiência me garante, neste momento, bastante tranquilidade para assumir o honroso cargo de Presidente desta Corte Superior de Justiça e dar continuidade aos projetos estratégicos traçados para os anos vindouros.

Se há algo que posso testemunhar nesta altura da vida é que nunca andamos sozinhos. Precisamos do apoio e do trabalho de pessoas que compartilhem dos mesmos princípios, dos mesmos objetivos, para enfrentar e vencer os obstáculos nas nossas empreitadas.

Rogo graças e bênçãos a meu bom Deus, reafirmando a fé que nele deposito, para que possamos superar todas as dificuldades, todas as provações, com Sua sabedoria a nos guiar e Sua força a nos amparar.

Também conto com a generosidade e apoio dos Ministros deste Tribunal, a começar pelo Vice-Presidente, o ilustre ministro Humberto Martins, pessoa comprometida, profundo conhecedor não só do direito, mas dos meandros da administração, características que garantem a melhor das melhores expectativas de um trabalho profícuo.

Temos neste Douto Colegiado homens e mulheres com inúmeras qualidades e experiências, todas imprescindíveis para aprimorar a atividade jurisdicional e administrativa desta Casa. Com a participação efetiva dos meus ilustres pares nessa jornada, tenho certeza que lograremos êxito.

Conto ainda com o dedicado trabalho dos fieis servidores do STJ. Escolhi, dentre eles, os que irão ocupar os cargos de direção na Administração, com um maior espaço para as mulheres, não exclusivamente pelo gênero, mas pela sua competência e determinação demonstradas em seus trabalhos.

Apesar do tamanho do desafio, o êxito do resultado será diretamente proporcional ao tamanho da vontade de vencê-lo. E o sucesso só será alcançado se conseguirmos reunir esforços.

Quero trabalhar neste Tribunal buscando a harmonia. Precisamos lapidar algumas arestas e realinhar os esforços, para que o trabalho desta Corte Superior não seja prejudicado por divergências menores. Há um bem maior a ser perseguido. É bom lembrar que o sucesso da vitória pertence a todos, mas depende da participação de cada um.

Conclamo, pois, os ilustres ministros e servidores desta Corte a reunir esforços para, juntos, conduzirmos nossos trabalhos com amor e dedicação de sempre, para enfrentar e superar as dificuldades. Com o empenho, com a determinação redobrada, com a convicção da capacidade que temos, lograremos atravessar

as intempéries e voltar a navegar por mares menos revoltos, rumo à satisfação pessoal do dever cumprido.

* * *

Quando me refiro à importância da atuação dos ministros desta Corte Superior não é para distanciá-la das Instâncias Ordinárias, porque cada juiz e cada Tribunal deste país possui um papel claro e específico na distribuição da Justiça.

A magistratura estadual e regional exerce a função jurisdicional no momento mais delicado do processo, que é a da colheita e do exame das provas. A verdadeira justiça se faz nas instâncias ordinárias, com a apreciação cuidadosa dos fatos e provas, começando pelo juiz de primeiro grau, passando pela percuciente revisão do Tribunal de Justiça do Estado ou do Tribunal Regional Federal. Por isso, é preciso valorizar a jurisdição de primeiro e segundo graus, garantindo-se-lhes meios para que prestem um bom serviço à população.

Reafirmo, ainda, o que todos do meio jurídico já sabem: a justiça não se constrói apenas com o fortalecimento do Poder Judiciário, que depende dos operadores do direito para funcionar e cumprir o seu papel institucional.

O Ministério Público, instituição da qual me orgulho de ter pertencido, merece nosso irrestrito apoio e reconhecimento, porque exerce suas funções em nome e em defesa do interesse maior da sociedade, além de também atuar em prol dos cidadãos

mais vulneráveis, de minorias desprotegidas, sempre perseguindo a prevalência da lei. Em épocas de ataques sucessivos ao bem público, é o Ministério Público que se apresenta na linha de frente como o guardião da lei e da ordem, viabilizando a oportuna apuração da verdade e a pronta resposta do Estado.

Por sua vez, a classe dos Advogados, públicos e privados, que exercem atividade indispensável à administração da justiça, representa a voz do cidadão que busca reparar seu direito violado perante o Estado-Juiz. É a voz que se levanta para provocar a reflexão do magistrado, apontando detalhes importantes para a entrega justa e adequada da tutela perseguida. Sem advocacia forte, não há justiça.

Não poderia deixar de exaltar também o importante e imprescindível trabalho dos nossos Servidores. Vejo todos os dias o quanto as pessoas que aqui trabalham se esforçam e são comprometidas com o Tribunal. Tenho orgulho de ter colaboradores que se doam e se dedicam às suas atividades laborais, com altíssimo grau de profissionalismo e seriedade. E é com esse mesmo espírito de luta que exorto nossos servidores a manterem o entusiasmo e a disposição para alcançarmos melhores resultados.

* * *

Depois de mais de quinze anos no exercício do cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, consigo enxergar, com

bastante clareza, as vicissitudes que impedem este Tribunal de cumprir com eficiência sua missão constitucional.

O Superior Tribunal de Justiça foi criado pelo Constituinte de 1988, no auge da chamada “crise do STF”, assim reconhecida porque se chegou à quase inviabilidade daquela Corte Suprema pelo excessivo número de processos. E, de lá para cá, muitas mudanças ocorreram. A população aumentou, as instituições que instrumentalizam o direito, acima referidas, foram sendo melhor aparelhadas, a informação foi se tornando mais acessível à população antes excluída, enfim, as demandas continuaram a crescer.

Na última década, temos enfrentado um crescimento anual e progressivo na quantidade de processos distribuídos a cada um dos ministros que integram o STJ. As alterações legislativas e as adaptações da estrutura interna do tribunal não têm sido suficientes para acompanhar essa demanda crescente, muito embora se reconheça um esforço hercúleo dos ministros e dos servidores, com resultados surpreendentes de produtividade.

Muitas das medidas que foram adotadas em gestões passadas lograram êxito, no sentido de aprimorar e acelerar o processamento e julgamento dos recursos, atendendo satisfatoriamente as metas estabelecidas pelo CNJ, notadamente a implementação do processo eletrônico, que propiciou uma expressiva celeridade na tramitação dos feitos submetidos ao STJ.

No entanto, mesmo alcançando marcas importantes, precisamos “cortar o mal pela raiz”, como se diz na minha terra. O STJ não pode mais se prestar a julgar casos e mais casos, indiscriminadamente, como se fora uma terceira instância revisora. Não é. Ou, pelo menos, não deveria ser, porque não é essa a missão constitucional do tribunal.

O número excessivo de recursos que aportam no STJ todos os dias é, sem dúvida, uma das maiores preocupações de todos os ministros, porque impede o tribunal de cumprir o seu papel constitucional, que é precipuamente o de uniformizar teses jurídicas na interpretação da lei federal, e não servir de terceira instância revisora dos julgados dos tribunais estaduais e regionais.

Esse claro desvirtuamento da função institucional do STJ – que hoje se ocupa muito mais em resolver casos do que teses – tem provocado irreparáveis prejuízos à sociedade, notadamente porque impõem ao jurisdicionado uma demora desarrazoada para a entrega da prestação jurisdicional. A “justiça” entregue com atraso, ao chegar tarde, muito frequentemente, causa mais injustiça.

Vou trabalhar com muito empenho, contando com apoio dos ministros do STJ, membros do Ministério Público Federal e da Ordem dos Advogados do Brasil, no sentido de sensibilizar os parlamentares do Congresso Nacional sobre a premente e inadiável necessidade de se racionalizar a via recursal para a

instância superior, de modo que seja resgatada a real missão deste Tribunal, garantindo às partes a concretização da promessa do Legislador de celeridade e razoável duração do processo, insculpida no art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição da República.

É, portanto, crucial a aprovação da emenda constitucional número 209/2012, que já tramita na Câmara dos Deputados, para instituir um filtro de relevância para as questões a serem deduzidas no recurso especial ao STJ, nos moldes da repercussão geral exigida para o recurso extraordinário ao STF, esta incluída pela emenda constitucional n.º 45, de 2004, com excelentes resultados.

Só assim – valorizando as instâncias ordinárias e reestruturando as instâncias extraordinárias –, corrigindo o esdrúxulo desvirtuamento das vias recursais, é que avançaremos no intento de tornar nossa Justiça mais eficiente e célere.

* * *

O trabalho duro, comprometido e independente, de membros da Polícia Federal, do Ministério Público e da Magistratura, que lograram desvelar esquemas sistêmicos de corrupção dentro da estrutura de poder do Estado, expõe nossas feridas.

O país, neste momento, luta para se restabelecer e precisa de respostas firmes aos incontáveis desmandos revelados. A

população exige uma reação imediata e proporcional ao tamanho da agressão. Ninguém mais aguenta tanta desfaçatez, tanto desmando, tanta impunidade. A corrupção é um câncer que compromete a sobrevivência e o desenvolvimento do país: retira a comida dos pratos das famílias; esvazia os bancos escolares e mina a qualidade da educação; fecha leitos, ambulatórios e hospitais, fulminando a saúde das pessoas; enfim, corrói os pilares que sustentam o ideal de civilidade e desenvolvimento.

A indignação da população brasileira diante dos desvios de comportamento de algumas autoridades e personalidades públicas tem fomentado um genuíno sentimento de patriotismo, que tem também impulsionado movimentos espontâneos de reação ao malfeito, exigindo mudanças.

Hoje vemos vários foros de discussão e debate sobre essas questões, com a imprescindível participação de uma imprensa livre, que deve ser responsável e primar pelos valores constitucionais. Isso já é um grande salto rumo ao amadurecimento e aprimoramento da nossa jovem democracia.

Estamos vivenciando a história, a reafirmação dos valores democráticos, tais como a participação popular, o zelo com a coisa pública, a transparência e publicidade das ações do poder público. Não tenho dúvidas que estamos, sim, transformando um período de adversidades em oportunidade para promover transformações.

Nesse cenário de aparente desolação, subsiste forte a esperança de todos os brasileiros, lastreada na confiança nas instituições democráticas, em especial, no Poder Judiciário que, até aqui, tem-se mostrado fiel ao seu compromisso de restabelecer a ordem e a paz social, com equilíbrio e imparcialidade.

* * *

Não faltaremos às nossas obrigações. O Superior Tribunal de Justiça trabalhará, unido e revigorado, para prestar uma jurisdição isenta e séria.

A minha administração será firme, transparente, participativa e comprometida com os objetivos maiores deste Tribunal. Centraremos esforços na atividade fim, que é a de julgar, com celeridade e qualidade, as demandas que nos são submetidas, buscando aprimorar os institutos processuais que já dispomos para atingir melhores resultados.

* * *

Para finalizar, quero render algumas homenagens e agradecimentos devidos.

Antes de tudo, agradeço a Deus pelo desafio de administrar este Tribunal, tarefa que traz junto a oportunidade de fazer a diferença na vida de muitas pessoas. Peço humildemente, para mim e para todos aqueles que aqui laboram, Sua proteção e rogo pela Sua sabedoria para cumprir essa missão com sucesso,

deixando pelo caminho os obstáculos superados e as pessoas mais felizes.

Aos chefes e integrantes dos três Poderes da República, nas três esferas da Federação, agradeço a honrosa presença e o valoroso apoio, reiterando meu compromisso de lutar pela harmonia e independência que devem pautar nossas relações institucionais, em busca do aprimoramento da democracia brasileira.

Aos ilustres ministros que compõem este Superior Tribunal de Justiça, reitero meu agradecimento pelo incentivo e pela confiança em mim depositada. Espero que, juntos, com uma administração participativa, possamos expandir as metas de eficiência estabelecidas, em busca de uma justiça mais justa, igualitária e célere.

Este também é o momento oportuno para parabenizar o eminente ministro Francisco Falcão pela sua profícua gestão e agradecer por manter um diálogo aberto com a vice-presidência. Agradeço à Sua Excelência a convivência harmoniosa, estendendo o agradecimento à sua esposa Elizabete, que demonstrou grande sensibilidade nos auxílios prestados à vice-presidência nos vários projetos sociais deste Tribunal.

Agradeço, ainda, aos ministros que passaram por este Superior Tribunal de Justiça, em especial àqueles com quem tive

o privilégio de trabalhar, pelas imemoráveis lições que deixaram para enriquecer nossa história.

Não poderia deixar de dirigir um especial agradecimento a todos os bravos cidadãos do meu Estado de Goiás, aqui representados por muitas pessoas, que vieram prestigiar esta solenidade.

Gostaria, já me aproximando do final do meu pronunciamento, de destacar que, em todos os momentos da minha trajetória profissional, tive o apoio incondicional da minha família, a começar pelo meu marido José Vaz que, hoje, infelizmente, não pode estar presente, porque se recupera de uma bem-sucedida intervenção cirúrgica não programada e está convalescente.

Meu companheiro José Vaz e os meus filhos Sérgio Marcus, Paulo Sérgio e Márcia Paula sempre souberam, com paciência, compreender e aceitar minhas ausências no convívio familiar em razão do trabalho.

Os filhos nos deram as noras Maria Rita e Liane e o genro Sérgio, pessoas de muito valor, que logo aprendemos a amar; e os casais nos deram os netos, muitos, a começar pela primogênita Isabella até o caçula Dante, para encher nossos corações de alegria, que transbordam de tanto amor.

Ao meu lado, firmes, a me amparar e incentivar, os meus queridos irmãos, seis ao todo, hoje aqui representados pelas

minhas irmãs Jacy e Arlete, acompanhadas também pelos muitos sobrinhos.

Não estão mais entre nós meus pais José Joaquim e Luzia José. Tenho certeza que, em seu merecido descanso eterno, estão felizes por sua filha estar vivendo este importante momento.

Para finalmente encerrar, agradeço, em nome do Superior Tribunal de Justiça, em meu nome próprio e em nome do ministro Humberto Martins, a presença de todos nesta sessão solene, desejando a todos uma boa noite e um bom combate.

Muito obrigada!